COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 25$00 ANO V Nº 45 OUTUBRO 1989

Visita papal: a tentação indonésia

A tão falada, por já várias vezes prometida, visita papal a Timor-Leste ocorreu, finalmente, no dia 12 de Outubro. Por uns encarada como o pronuncio do aval do Vaticano à anexação daquele território pela Indonésia, por outros como uma grande oportunidade para trazer o problema para as primeiras páginas da imprensa mundial, a visita revestiu-se de aspectos polémicos e o seu balanço permanecerá, ainda por muito tempo, de difícil avaliação.

OS ANTECEDENTES

Quando em 19 de Outubro de 1987 Cavaco Silva, acompanhado de Deus Pinheiro, visitou João Paulo II, estava então prevista «para breve» uma deslocação do Papa à Indonésia, havendo «indícios de que Jacarta apostaria fortemente numa deslocação de João Paulo II a Dili» (Informação Timor-Leste, nº22 Outubro 1987). Posteriormente, a Cúria Romana veio anunciar que tal visita não se efectuaria em 1988, o que fez crer que a Igreja Católica mantinha a sua posição de indisponibilidade, em resultado da situação dos direitos humanos na Indonésia e, em particular, em Timor-Leste. Era, no entanto já evidente que, sendo a posição do Vaticano de «uma prudente reserva, numa espécie de compasso de espera de futuras soluções que se esbocem», ele agiria sempre numa perspectiva de influenciar o desenrolar dos acontecimentos a favor dos seus próprios interesses de Estado. Ainda assim, o anúncio da deslocação do Papa àqueles dois territórios, em Março deste ano, não deixou de provocar alguma surpresa e não menor desorientação.

OS PORQUÊS DE UMA VISITA

Embora a comunidade católica na Indonésia represente apenas cerca de 3% da população, ela constitui a mais significativa presença católica na área depois das Filipinas. Mas mais importante do que isso, esta minoria detém um poder real no regime saído do golpe de 1965, a todos os níveis: político (de 41 ministros 5 são católicos, um dos quais o da Defesa e Segurança), social (as escolas e universidades dirigidas pelos católicos são consideradas como um dos melhores passaportes para a entrada nos círculos decisivos do poder) e económico (uma parte significativa dos chineses com influência na sociedade indonésia, que dominam a pequena mas agressiva classe empresarial do país, adoptaram como sua a religião católica).

Grande parte deste poder veio da acção das milícias armadas católicas, organizadas pelo jesuíta holandês J.Beek, ao lado dos militares, na «caça aos comunistas» que se seguiu ao golpe liderado por Suharto em Outubro de 1965 e onde se calcula que foram assassinados mais de um milhão de pessoas, alegadamente militantes ou simpatizantes do Partido Comunista.

A Igreja Católica é necessária ao regime ditatorial e colonialista indonésio. E a Indonésia é necessária ao Vaticano, que quer aproveitar das influências que ora lhe são reconhecidas e teme que qualquer outro poder nasça com orientações mais islâmicas ou mais integralistas.

No entanto, a visita de João Paulo II poderia alimentar as tensões sociais, religiosas e até raciais existentes na Indonésia. A maioria muçulmana não viu com bons olhos a presença do Sumo Pontífice e os chineses têm sido, ao longo da história indonésia, alvo privilegiado das cóleras populares.

O caso de Timor-Leste ilustra bem esta teia complexa onde a Igreja Católica, de expressão religiosa minoritária no que é considerado o maior país muçulmano do mundo, tem um poder efectivo. O general Murdani, o actual Ministro da Defesa e Segurança e desde 1974 responsável pela operação que levaria à colonização de Timor-Leste, é um católico convicto. Em Jacarta, o órgão que na prática tem elaborado e coordenado a estratégia política e diplomática para Timor-Leste, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), é dirigido por um chinês - Jusuf Wanandi - de uma família com amplos poderes económicos e católico.

Assim se compreende por que razões o regime indonésio hesita em atacar directamente a Igreja em Timor-Leste e tem antes seguido a política de tentar comprar os seus membros - a nova Catedral de Dili, inaugurada e benzida em Novembro do ano passado, foi construída com fundos oferecidos pelas FFAA e pelo próprio Presidente Suharto.

AS VÉSPERAS

Quando o Arcebispo Darma Aturadja, em entrevista concedida em Março deste ano, à UPI em Jacarta, tornou pública a ida do Papa à Indonésia e a Timor-Leste, quer as autoridades portuguesas quer os representantes no exterior da Resistência timorense, passando pelas organizações de solidariedade, mostraram alguma hesitação no modo de encarar a deslocação papal.

A primeira reacção foi a de a encarar positivamente, no estilo «se não a podes impedir, fá-la tua»: a visita «poderia ter resultados positivos» se João Paulo II aproveitasse para «denunciar a situação» (Mário Soares), «não penso que a visita» venha a

NESTE NÚMERO:

- Visita papal
- Assembleia Geral da ONU
- UP promove reflexão sobre cultura maubere
- Solidariedade em Itália

ser «mau para Portugal» (Deus Pinheiro), «a visita do Papa pode ter efeitos positivos» (Abílio Araújo, dirigente da Fretilin).

Em fins de Abril, porém, começaram a chegar as primeiras notícias sobre a inquietação existente em Timor quanto ao modo como as autoridades indonésias e da Santa Sé acordavam os preparativos para a viagem do Papa. A partir de então, as informações a avolumaram-se, possibilitando um quadro mais claro daquilo que estava em jogo e que justificava os receios, e depois a recusa, do clero e da população de Timor quanto à deslocação de João Paulo II à sua Pátria ocupada (este último factor influenciou a comunidade católica local, pois das 300 000 pessoas esperadas apenas apareceram cerca de 80 000 - Le Monde).

O comportamento da diplomacia pontifícia, apresentada como das mais experientes e sábias, mais não fez que alimentar o clima especulativo quanto às suas reais intenções. No dia 28 de Agosto, o boletim da Sala de Imprensa da Santa Sé, ao anunciar as etapas da visita do Papa, individualizava a Diocese de Dili relativamente à Indonésia; mas no dia 18 de Setembro o mesmo boletim já incluía Timor-Leste naquele país. Perante a reacção de Portugal, o Núncio Apostólico em Lisboa apresentou uma nota no MNE dizendo que «as expressões utilizadas pela Sala de Imprensa tinham uma finalidade jornalística, sem preocupações diplomáticas» (sic). Contudo, a menção a Timor-Leste foi anulada pelos Correios da Santa Sé, que imprimem, sempre, selos especiais dedicados às viagens pontifícias e emitiram apenas selos com referências à Coreia do Sul, Indonésia e Ilhas Maurícias. Mais: a edição portuguesa do L'Osservatore Romano, órgão oficial do Vaticano, referia que a visita papal seria feita em quatro etapas mas, no dia seguinte, a Sala de Imprensa da Santa Sé, num comunicado distribuído aos órgãos de informação acreditados em Roma, omitia, de novo, a referência a Dili.

Nesta situação, as atenções voltaram-se para a homília que João Paulo II iria proferir, pois como dizia o editorial do Diário de Notícias de 20 de Setembro, ficava ainda «a questão de saber que espécie de homília poderá João Paulo II dirigir aos católicos timorenses e se terá, em relação ao seu doloroso combate, as mesmas palavras de compreensão e de estímulo que teve para com a "Igreja subterrânea" noutras latitudes».

A VISITA

As expectativas, porém, que existiam, dissiparam-se logo nos primeiros dias da estadia papal na Indonésia. Como a própria imprensa italiana notou e comentou, João Paulo II mostrou-se demasiado conciliador com Suharto e o seu regime.

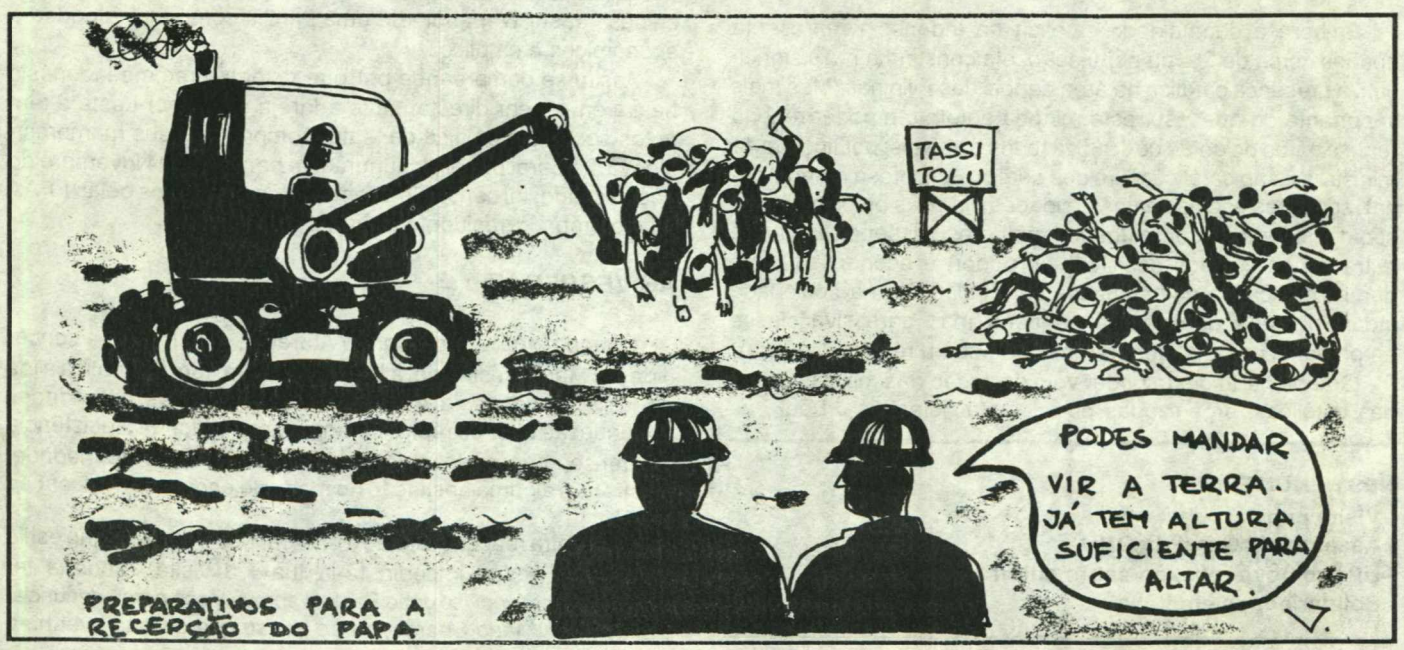
Antes da sua partida para Timor-Leste, os Bispos indonésios pediram-lhe para «não comprometer a situação da Igreja Católica» naquele país. A sua passagem por Dili reflectiu este compromisso. De acordo com o correspondente do Le Monde, que acompanhou a deslocação do Papa, «o Sumo Pontífice não deu um sinal que fosse acerca da sua não aceitação da anexação indonésia». Os católicos timorenses «não esperavam, certamente, que João Paulo II se prostrasse no solo, mas esperavam, naturalmente, um gesto seu no sentido de rejeitar a anexação». Como disse Mário Carrascalão, citado pelo mesmo Le Monde, «se o Papa não concordasse com a anexação não viria cá».

Que sentirá um povo, sob genocídio há 14 anos e que enfrenta, desde Abril deste ano, uma nova vaga de prisões, torturas e desaparecimentos, precisamente por causa desta visita papal, ao ouvir dizer «perdoai e ser-vos-á perdoado, amai os vossos inimigos e rezai pelos vossos perseguidores». Não será convidá-lo a aceitar passivamente o sofrimento e a submissão a um poder ditatorial? A juventude de Timor, ao afrontar o aparelho repressivo indonésio, apesar do clima de terror que este procurou instalar, respondeu muito claramente a João Paulo II: o perdão e o amor só são possíveis em justiça e liberdade.

O PÓS-VISITA

No dia seguinte, os jornais noticiaram aquilo que já se receava que iria acontecer a partir do momento que foi conhecida a iniciativa da juventude em Dili. O isolamento imediato a que as autoridades indonésios submeteram o território, favoreceu o aparecimento de informações contraditórias. João Carrascalão, dirigente da UDT na Austrália, anunciava em Sydney que oito pessoas tinham sido levadas para fora de Dili e fuziladas, enquanto mais quinhentas teriam sido presas e estariam a ser torturadas pelo exército indonésio. Mons.Belo, em entrevista telefónica, não confirmou os fuzilamentos - embora também não os tivesse desmentido, contrariamente ao que noticiaram alguns órgãos de informação - mas disse que 40 jovens tinham sido presos e que mais cinco se tinham refugiado em sua casa. De acordo com Mons.Belo, um destes jovens, que estivera também preso e depois fora solto, contara-lhe que os militares torturavam os presos para saber quem organizara a manifestação, pretendendo que assinassem declarações inculpando o P.Locatelli do sucedido.

Este padre, director do Colégio de Fatumaca, que alberga e educa muitos filhos de guerrilheiros, viu o seu nome envolvido,



em Agosto do ano passado, numa tentativa dos «boinas vermelhas» para emboscar Xanana Gusmão, que terá falhado por pouco. Os militares tê-lo-ão responsabilizado pelo falhanço, pelo que nunca mais o viram com bons olhos a partir dessa data. Acrescente-se a isto que o P.Locatelli, tal como Mons.Belo, é salesiano, pelo que há quem leia neste esforço das autoridades coloniais mais uma peça na campanha para isolar o Administrador Apostólico de Dili. Aliás, em declarações prestadas em Setembro à Agência France Press, Mons.Belo alertara para o facto de que, em consequência das pressões de Jacarta sobre o Vaticano, seria provável que, após a visita papal, o tirassem do seu actual cargo e o colocassem em alguma Diocese da América Latina, num processo semelhante ao do seu antecessor, Mons.Martinho Lopes, que se viu afastado de Timor-Leste após a sua denúncia das práticas das autoridades de ocupação.

Relatos, entretanto, chegadas daquele território, dão conta de que os militares foram vistos a filmar a manifestação pelo que possuiriam informação detalhada sobre os seus participantes. Será de esperar, quando as atenções internacionais estiveram viradas para outro lado, nova onda de violência.

Apesar dos compromissos e cumplicidades Indonésia-Santa Sé que envolveram a deslocação de João Paulo II a Dili, apesar da decepção que o comportamento do Papa não deixou de provocar entre os timorenses, a verdade é que a viagem pontifícia, e contra a vontade dos seus patrocinadores e co-patrocinadores, acabou por se saldar numa importante vitória para a causa do povo maubere. E isto em resultado da presença de um número muito elevado de jornalistas, que souberam estar atentos ao que se passava à sua volta e transmiti-lo, e da coragem dos jovens que ousaram desafiar o poder colonial. □

Assembleia Geral da ONU

A sessão inaugural da Assembleia Geral da ONU não trouxe grandes novidades quanto à questão de Timor-Leste: o relatório do Secretário-Geral é tão inconclusivo como os publicados em anos anteriores e o apoio dos Doze a Portugal mantém-se no mesmo (modesto) nível de 1988.

RELATÓRIO DE CUELLAR: PERSPECTIVAS ENVIEZADAS

Na sequência dos êxitos verificados em Agosto e Setembro em órgãos especializados da ONU (Subcomissão dos Direitos Humanos e Comissão de Descolonização) aguardava-se com certa expectativa o desenrolar dos trabalhos da 44ª Assembleia Geral. Parecendo a questão encaminhada, desde há meses, para mais um adiamento de votação, aguardava-se pelo relatório de Perez de Cuellar, bem como pelo posicionamento que este ou aquele país (ou grupo de países) pudesse adoptar na AG. Com efeito, desde que o assunto foi entregue aos «bons ofícios» do Secretário-Geral (em 1982) que o seu relatório («progress repport») constitui o referencial dos avanços ou retrocessos verificados nesse período; também as menções feitas nas intervenções dos representantes de Estado e a forma de que se revestem, vão dando uma indicação sobre a correlação de forças em disputa.

O relatório deste ano espelha a falta de perspectivas e a situação de quase impasse em que o assunto se encontra. Cuellar dá conta das iniciativas feitas junto dos dois países (Portugal e Indonésia), em particular os contactos havidos com os Presidentes Soares e Suharto e com os MNE Deus Pinheiro e Ali Alatas: « no decurso destes contactos obtive a reafirmação de ambas as partes do seu empenho em alcançar uma solução ampla e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste». Descreve depois os encontros havidos entre representantes dos dois países (quatro, desde Maio), os quais têm por motivação exclusiva, recorde-se, a definição dos termos de referência para uma eventual visita ao território de uma delegação parlamentar portuguesa.

NEGOCIAÇÕES PORTUGAL- INDONÉSIA PROSSEGUEM

Desde que se esgotaram os pontos da agenda referentes ao repatriamento de ex-funcionários públicos portugueses e à reunificação de famílias, e perante a oposição acérrima da Indonésia à abertura de discussões sobre assuntos políticos, tudo se tem canalizado (diríamos, afunilado) para a visita da delegação da AR, apresentada quase como a chave-mestra para o encontrar de uma solução para o conflito (como já se soubesse o que a delegação virá de lá a dizer...).

Seja como for, e visto de momento não existir qualquer outro ponto de contacto entre as duas diplomacias, tem sido aquele o cerne das movimentações, o que parece aliás não desagradar a ninguém: nem ao SG, porque lhe dá a oportunidade de poder afirmar que o assunto não está em completo impasse, nem a Portugal e à Indonésia, porque numa situação dessas Cuellar poderia dar por terminado o seu mandato e pôr o assunto à discussão e votação da AG. Como nenhum dos dois países tem a garantia de que ganharia a votação, podendo aliás vir a ser penalizado pelo voto aquele que ficasse com o ónus do rompimento dos contactos, tudo indica que estes irão prosseguir, nas bases limitadas e equívocas em que têm decorrido. A parecer confirmá-lo, o facto de nas duas semanas que antecederam o início dos trabalhos da Assembleia se terem realizado sessões de conversações entre representantes dos dois países.

O que ficou dito ajuda a entender o tom optimista do relatório de Cuellar: «Estou confiante em que continuarão a poder ser alcançados progressos através de conversações (...) e acredito que uma tal visita [dos deputados portugueses] poderia ajudar a criar uma atmosfera conducente à obtenção de uma solução ampla e internacionalmente aceitável. (...) É minha esperança que os assuntos ainda pendentes relacionados com a visita ao território (...) irão ser resolvidos num futuro próximo». Como esses assuntos pendentes irão ser solucionados e como se dará o «salto» de uma mera visita (a realizar-se) para a dita «solução ampla» é algo que Cuellar não explica.

Por resolver parece também a inclusão de representantes do povo timor no processo. Apesar de constar (implicitamente) no texto da resolução aprovada na ONU em 82 («contactos com todas as partes interessadas») e explicitamente nas resoluções do Parlamento Europeu de Setembro/88 e Maio/89 e da Subcomissão de Direitos Humanos da ONU (Agosto/89), nada nesse sentido é avançado neste relatório de Perez de Cuellar.

No que diz respeito às intervenções feitas no plenário, cabe referir o discurso do MNE, Deus Pinheiro, com longas referências a Timor-Leste, considerado «uma das prioridades da nossa política externa», sem as ambiguidades de alguns discursos oficiais portugueses anteriores, no mesmo local. Também o discurso do representante do país em exercício na presidência da Comunidade Europeia, o MNE francês Roland Dumas, abordou o tema, uma formulação tirada a papel químico da proferida no ano anterior e de conteúdo extremamente moderado: «os Doze reafirmaram o seu apoio aos contactos entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do SG da ONU (...) esperando que rápidos progressos conduzam a uma solução justa, ampla, internacionalmente aceitável, com o respeito integral pelos interesses da população de Timor-Leste». Agradável novidade foi a inclusão de referências a Timor-Leste na intervenção do Presidente brasileiro José Sarney. □

UP promove reflexão sobre cultura maubere

Organizadas pela Reitoria da Universidade do Porto (UP), com a colaboração da CDPM, do Grupo Paz e Justiça para Timor-Leste e do Sindicato dos Professores da Zona Norte, realizaram-se de 10 a 17 de Setembro as Primeiras Jornadas de Timor da UP.

Concebidas como espaço de expressão dos agentes da cultura timorense, pretendia-se com esta iniciativa uma abordagem multifacetada da realidade de Timor-Leste.

Os vários especialistas convidados apresentaram comunicações sobre história, linguística, organização social e a situação sanitária. A actualidade política, social e jurídica foi também debatida.

Os «ateliers» de trabalho, orientados por Miguel Loureiro, foram uma oportunidade para os timorenses presentes recordarem e contarem as suas lendas, apresentarem as suas músicas e danças, representarem os seus rituais.

O encerramento público das jornadas decorreu no dia 16, no Anfiteatro da Reitoria da UP e contou com a presença de dirigentes da Convergência Nacionalista.

Falando sobre a anunciada visita do Papa a Timor-Leste, o coordenador das jornadas, Prof. Barbedo de Magalhães, criticou o governo português pela sua decisão de não comentar tal deslocação, sublinhando que «é de esperar que durante a visita seja denunciado o genocídio e se fale do direito à autodeterminação».

Vicente Guterres, representante da UDT, exortou Portugal a apresentar um plano global para a questão de Timor que contemple «soluções viáveis, não tendo só em conta os interesses da Indonésia e dos seus aliados, mas sim os legítimos interesses do povo de Timor em relação à autodeterminação e independência».

Abílio Araújo, em nome da Fretilin, considerou que a actual conjuntura internacional é favorável à solução dos problemas regionais pela via negocial, pelo que exigiu de Portugal «uma acção diplomática mais enérgica e criativa».

Numa veemente intervenção, o Pró-Reitor, Prof. Nuno Grande, expressou a solidariedade dos portugueses, e dos universitários em particular, com a luta do povo maubere, afirmando que «a História jamais reconhecerá a anexação pela Indonésia, enquanto houver um timorense que a não deseje».

A sessão pública terminou com um espectáculo onde o grupo de timorenses apresentou o resultado do trabalho em «ateliers» desenvolvido durante a semana, representando o Ciclo da Vida. O início é visto numa dupla perspectiva: o da ilha, através da lenda do crocodilo que se transformou em Timor, e o da vida humana, com o ritual do nascimento. Em palco esteve a vida de um povo que joga, dança e canta, trabalha, chora os seus mortos... e diz que «é preciso gritar bem alto/ que o povo de Timor/ o povo maubere/ não pode ser escravo/ de mais ninguém». □

Solidariedade em Itália convida FRETILIN

A convite de organizações italianas empenhadas na defeca dos direitos humanos, esteve naquele país o director do Gabinete de Informação da Fretilin (GIF), José Guterres, que aqui presta um rápido depoimento sobre aquela iniciativa.

«Organizou-se no período de 1 a 22 de Setembro uma campanha de solidariedade com a Fretilin no Norte de Itália com o patrocínio do Comitato Ferrara per la Pace e do Serviço Civil Internacional de Itália. O primeiro, já em 1987 e 1988 tinha realizado debates nos Municípios de Montagnana e Ferrara; o segundo é uma organização internacional não-governamental que promove iniciativas pela paz, cooperação e solidariedade.

«Esta campanha visava informar e sensibilizar os cidadãos italianos através de um contacto directo com as pessoas e instituições e exprimir uma solidariedade concreta, da parte das duas organizações, com a Fretilin, movimento de libertação de Timor-Leste.

«O programa desta campanha compreendeu duas partes. A primeira teve início no dia 1 de Setembro e prolongou-se até ao dia 17, envolvendo o grupo internacional de voluntários e o representante da Fretilin. Partindo da cidade de Mantova, prosseguiu por Sermide, Montagnana, Padova, Badia Polisine, Portomaggiore, Ferrara, Copparo, Codigoro, Lugo, Faenza, terminando em Bolonha. As principais actividades foram: distribuição de panfletos, contendo uma informação sintética sobre Timor-Leste, exposição fotográfica, recolha de assinaturas para o apelo dirigido aos Presidentes do Senado e do Conselho solicitando o congelamento da ajuda financeira italiana à Indonésia, através do IGGI (Inter Governmental Group on Indonesia), a suspensão da venda de armamento àquele país e o reconhecimento da Convergência Nacionalista como representante do Povo Maubere, e encontros com as autoridades locais; exceptuando este último tipo de actividades, as outras eram realizadas nas principais praças das cidades já referidas.

«A segunda parte do programa teve lugar em Roma, de 19 a 22 de Setembro, e consistiu em encontros com membros das diferentes forças políticas representadas no Parlamento, sindicatos, ONGs, secção italiana da Amnistia Internacional e uma conferência de imprensa». □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** GRAFIS **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00 **Registo** DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317